

Anais do IV Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio

O PAPEL DO EDUCADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL

The rule of educator in the social inclusion process

Silvia Sena¹

Juliana Crema²

Angela da Silva Xavier Gregório³

Rose Reis⁴

1. Professora na Universidade Paulista

2. Especialista em Gestão Executiva em Saúde e Hospitalidade
Professora na UNIFESP

3. Professora na Prefeitura do Município de São Paulo

4. Doutoranda em Engenharia Ambiental
Professora na Universidade Paulista

RESUMO

O objetivo da pesquisa é refletir sobre o papel do educador no processo de inclusão social, é analisar as suas ações diante da escola e de diversos movimentos em prol da educação e responder os questionamentos sobre as causas que levam os indivíduos a exclusão. Os estudantes dos cursos de Pedagogia no Brasil presenciam diariamente as diversas formas de exclusão provocadas pela ausência da educação, e mesmo assim assumem o compromisso de educar. Eles discutem enquanto estudantes a proposta de contribuir para a diminuição desse problema que é rotineiro e preocupante. A amostragem da pesquisa apresenta dados oficiais do MEC / INEP, demonstrando a desigualdade da distribuição de renda no país e as condições precárias da educação. Observaram os movimentos de algumas ONG's que com as suas ferramentas de inclusão, por meio de projetos sociais realizam a reintegração escolar dos alunos de baixa renda e a sua posterior inserção no mercado de trabalho por meio da educação.

Palavras-Chave: Papel do educador na inclusão. Desigualdades. Educação inclusiva.

ABSTRACT

The research objective is to reflect on the role of educator in the social inclusion process is to analyze their actions in front of the school and various movements for education and answer the questions about the causes that lead individuals to exclusion. Students of Pedagogy

in Brazil daily witness the various forms of exclusion caused by lack of education, and yet are committed to educate. They discuss students while the proposal to contribute to the reduction of this problem that is routine and worrying. The sampling survey shows official data from MEC / INEP, demonstrating the inequality of income distribution in the country and the poor state of education. They observed the movements of some NGOs that with its tools for inclusion through social projects realize the school reintegration of low-income students and their subsequent integration in the labor market through education.

Key-words: Educator's role in inclusion. Inequality. Inclusive education.

INTRODUÇÃO

A pesquisa se propõe a responder os questionamentos dos educadores incomodados com a indiferença da iniciativa pública com a exclusão que assola o país e sacrifica as crianças de uma forma geral, mas, especialmente, os deficientes nas escolas públicas. Pelo fato de as leis instituídas pelos representantes do governo ser coerentes no papel, mas não se concretizarem na prática, suscitam as questões:

- Como lidar com o aluno deficiente em sala de aula sem especialização e sem pessoal de apoio?
- Qual o papel do professor dentro e fora da sala de aula envolvida pelos deficientes que com eles se identificam e se tornam dependentes da sua atenção?

- Qual o papel da escola na formação do cidadão deficiente que tem direitos e obrigações como os demais sem nenhuma restrição?
- Qual é o papel do governo diante de tantos deficientes na miséria social do país?
- O educador sem apoio das instituições e do sistema é capaz de desenvolver a inclusão dos deficientes diante de tantas dificuldades?

A justificativa da pesquisa é levar aos alunos informações sobre a inexistência da igualdade no Brasil, desde a invasão pelos portugueses e por outras nações.

Com os invasores desta terra, os novos moradores submeteram os nativos ao poder e instalaram as diferenças socioeconômicas. Logo após a chegada dos estrangeiros, os jesuítas da Companhia de Jesus vieram para catequizar os índios e os filhos dos colonos na busca de novos catequizadores. As escolas tinham a função de atrair e despertar nas crianças e nos jovens o desejo pela vida religiosa. O ensino era exclusivo para o sexo masculino e os pais priorizavam os primogênitos para dar continuidade aos negócios da família. As crianças do sexo feminino eram excluídas dessa possibilidade. A escola não era para todos e a frequência era da classe dominante.

A metodologia escolhida para a investigação da história das desigualdades no Brasil e os movimentos em prol da educação foi a pesquisa bibliográfica e eletrônica. A hipótese é que se as pessoas conhecerem a história da evolução e os passos e/ou percursos empreendidos nestes quinhentos anos de educação brasileira, compreenderão a manutenção e permanência da exclusão educacional normal e, especialmente, a do deficiente.

A contextualização elegeu para ajudar a pensar esta pesquisa um referencial teórico que discute o percurso da educação no Brasil e a sua importância na empregabilidade daquele que estuda, como: Aranha, (1996) com a História da Educação; Araújo (2005) com Desempenho Escolar como Ferramenta de Exclusão Social; Baptista (1997), com a Auto Avaliação das Perspectivas Educacionais em Crianças; BRAMA KUMARIS (2006); CARNEIRO (2005) fala da Mulher Negra; GADOTTI (2002), e vários investigadores que analisam a evolução e os revéses da educação como CASTILHO (2005), CHIBLI (2004), CUNHA (1985), e TOMAZI (1993) que viaja na Sociologia da Educação.

1. O PERCURSO DA DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O ensino aplicado pelos padres jesuítas era totalmente diferente da realidade das colônias, não contribuía em nada com a modificação da estrutura da vida social e econômica do Brasil; na verdade, oferecia um ensino sem utilidade prática visível para a mão de obra, cuja necessidade era somente atividade de produção, nem para administração, muito menos para uma prática na economia, fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo.

A fim de recrutar servidores e fiéis, índios e brancos foram atingidos pela ação educadora aplicada pelos padres jesuítas, assegurando, através da catequese, a conversão da população indígena. Ministravam a princípio a educação elementar para a população indígena e branca em geral (exceto as mulheres) e a educação média somente era aplicada para os homens da classe dominante, preparando-os inclusive para ingresso na classe sacerdotal.

Aqueles que ingressassem no sacerdócio teriam com exclusividade a educação superior religiosa e aqueles que não descobriam vocação religiosa, eram encaminhados à Europa para concluir os estudos, principalmente em Coimbra.

Como podemos observar, não vem de hoje a possibilidade de estudo através das condições financeiras; existe sim, desde o descobrimento, essa ação separatista entre etnias, classe econômica e cultural, deixando na condição de excluído a maioria da população e, somente aqueles que possuem condições financeiras, podem usufruir o melhor que a educação tem a oferecer.

Verificam-se desigualdades em todas as sociedades e estas são explicadas de diversas formas. Nosso interesse é analisar as desigualdades educacionais. “A vida de um analfabeto é uma interminável caminhada de envergonhamento, de exclusão social” (TOMAZI, 1993, p. 67).

As desigualdades educacionais têm intensa ligação com as que se dão em outros níveis realimentando essas desigualdades, formando muitas vezes um círculo vicioso. O indivíduo analfabeto é um exemplo disto, por ser pobre, a pobreza o mantém analfabeto. Nossa sociedade é toda organizada e programada para pessoas que sabem ler e escrever, por menor que seja esse conhecimento.

De acordo com Gadotti, (2002) Antônio Gramsci (1891-1937), era um pensador, italiano, militante que se destacava na oposição e lutava por uma educação de qualidade e apontava diferenças entre a educação científica e a profissional: “A multiplicação de escola profissional, portanto, tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que ela tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer à impressão

de possuir uma tendência democrática” (GADOTTI, 2002, p.140-141). Fazer crescer a oferta de escola profissionalizante não é a melhor forma de tornar um cidadão governante. O que dá a entender neste caso, é que os cargos de cunho intelectual, só podem ser exercidos pelos descendentes dos que já estão no poder. Segundo esse mesmo autor:

“Por exemplo: operário manual e qualificado, camponês e agrimensor ou pequeno agrônomo, etc. Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em um operário manual se torne qualificado, mas em que cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados - no sentido de governo com o consentimento dos governados -, assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar” (GADOTTI, 2002, p.140-141).

A formação técnica é oferecida à população de baixa renda que é preparada apenas para exercer trabalhos operacionais, sem questionamentos.

É assegurado por lei que todo cidadão tem direito ao acesso à escola pública, gratuita e de qualidade, mas a condição social para esses acessos está em igualdade? Em todos os cantos do nosso país, as escolas públicas têm condições de atender a esses direitos? De acordo com Gadotti,

“Mas o tipo de escola que se desenvolve como escola para o povo não tende mais nem sequer a conservar a ilusão, já que ela cada vez mais se organiza de

modo a restringir a camada governante tecnicamente preparada, num ambiente social político que restringe ainda mais a "iniciativa privada" no sentido de fornecer esta capacidade e preparação técnico-política, de modo que, na realidade, retorna-se às divisões em ordens "juridicamente" fixadas e cristalizadas ao invés de superar as divisões em grupos: a multiplicação das escolas profissionais, cada vez mais especializadas desde o início da carreira escolar, é uma das mais evidentes manifestações desta tendência" (GADOTTI, 2002, p.140-141).

GRAMSCI confirma a forma da classe dominante alienar a classe trabalhadora, utilizando a educação como instrumento para esta dominação, qualificando-os para trabalhos manuais, enquanto a elite é educada para exercer funções de cunho intelectual.

Para Aranha (1996):

"A concepção problematizadora da educação, ao contrário, baseia-se em outra compreensão da consciência e do mundo, típica da fenomenologia. Considera que conhecer não pode ser o ato de uma "doação" do educador ao educando, mas um processo que se estabelece no contato do homem com o mundo vivido. E este não é estático, mas dinâmico, em contínua transformação" (ARANHA (1996, p. 61).

No sistema capitalista, o sistema escolar fundamental já nasceu de forma desigual, pois até o início do século XX a escola servia basicamente aos filhos das classes dominantes e médias. Os filhos dos trabalhadores, quase sempre, eram excluídos, tendo acesso apenas às escolas das igrejas (dominicais) ou às que muitas vezes existiam no interior das fábricas. No final do século XIX e

início do XX, devido à pressão dos trabalhadores e à necessidade dos empresários de uma força de trabalho mais qualificada, inicia-se o processo de generalização do ensino elementar, atingindo os filhos das classes trabalhadoras, mas já evidenciando a qualidade inferior em relação ao ensino oferecido às classes dominantes e médias. Já o ensino secundário era oferecido aos filhos dos trabalhadores para qualificá-los para o trabalho industrial, como "quadros médios", enquanto os filhos da classe dominante eram preparados para o ensino superior e para ocupação de cargos de gerência e administração no setor público e privado.

As desigualdades continuam a existir, pois quem domina em uma dada sociedade usa outros instrumentos para se manter no poder. O sistema educacional - o escolar - é um desses instrumentos. No Brasil, até o final do século XIX, nossa educação era tradicional dominada pelos jesuítas que deixaram o legado de um ensino de caráter verbalista, retórico, livresco, memorístico e repetitivo, que estimulava a competição através de prêmios e castigos. Discriminatórios e preconceituosos, os jesuítas dedicaram-se à formação das elites coloniais e difundiram nas classes populares a religião da subsistência, da dependência e do paternalismo, características marcantes de nossa cultura ainda hoje. Era uma educação que reproduzia uma sociedade perversa, dividida entre analfabetos e sabichões, os doutores (GADOTTI, 2002, p.230-231). A educação imposta pelos jesuítas contribuiu ainda mais com a discriminação entre classes, pois somente as elites tinham uma educação de qualidade, enquanto as classes populares viviam em um estado de alienação.

Em 1924, foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE) que tem por objetivo reconstruir a sociedade através da

educação. Com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma Sociedade Civil, sem finalidade lucrativa, de Utilidade Pública (Federal e Estadual) apartidária e pluralista. Caracterizou-se por defender a formação cultural e o aperfeiçoamento profissional do educador, através de cursos, congressos e Semanas da Educação, realizados em várias capitais e cidades brasileiras.

Na década de 20, foram realizadas reformas importantes que impulsionaram um debate educacional que superou gradativamente a educação jesuítica tradicional. Os anos 60 foram marcantes para a educação no Brasil, período em que tivemos importantes movimentos populares em prol da educação como em Recife – Movimento de Cultura Popular (MCP), que contou com Paulo Freire - Professor de Português com formação em Direito, foi assistente e diretor do Departamento de Educação e Cultura do SESI/PE, onde desenvolveu suas primeiras experiências com educação de trabalhadores, Paulo Freire, considerado um dos maiores educadores deste século, criou um método de ensino que foi adotado pelo governo federal no início da década de 60. Em 1968, durante o seu exílio, no Chile, escreveu “Pedagogia do Oprimido” considerada uma das melhores produções.

Como diretor do Departamento da Formação da Cultura, a meta desse movimento era de assegurar educação gratuita para todos. Em Natal – Campanha “De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler”, único movimento a aplicar recursos públicos dentro da rede de escolas públicas, a defesa da escola pública foi colocada em prática pela Secretaria Municipal de Educação que numa rede escolar assegurou matrícula para todos numa política de ensino gratuito e laico. No âmbito da Igreja Católica – Movimento de Educação de Base (MEB), único

movimento a penetrar eficientemente na área rural, com objetivos confessionais e catequéticos, às vezes não explicitados; na UNE - União Nacional dos Estudantes. Centro Popular de Cultura (CPC), quarto grande movimento popular dos anos 60, possuía regimento interno próprio, autonomia administrativa e financeira. A partir de 1963 (I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular), começou a abrir espaço para trabalhos de alfabetização junto às classes subordinadas, tentou organizar-se como empresa prestadora de serviços, porém, necessitou da União para dois de seus projetos principais: construção de teatro no prédio da UNE e Campanha de Alfabetização. Com estes movimentos ocorreram oportunidades de prática de cultura popular que conflitaram com a educação conservadora.

Paulo Freire se destacou na educação; nascido em Recife, em 1921, conheceu desde cedo a pobreza do Nordeste do Brasil, desde a adolescência engajou-se na formação de jovens e adultos trabalhadores. Formado em Direito, não exerceu a profissão, pois preferiu dedicar-se a projetos de educação e alfabetização. Nos anos 50, quando se pensava apenas em reposição de conteúdos perdidos para a educação de jovens e adultos, Paulo Freire propunha uma pedagogia específica e associava estudo, experiência vivida, trabalho, pedagogia e política.

Foi exilado pelo golpe militar de 1964, passou 75 dias na prisão acusado de “ignorante e subversivo”, voltou para o Brasil pela primeira vez em 1979 e definitivamente em 1980, com um forte desejo de reaprender o Brasil. Devemos realçar em seu retorno a sua atividade acadêmica, ministrou aulas e cursos especiais, fez conferências e orientou teses, demonstrando uma enorme vitalidade e produtividade. Não era

a primeira vez que se dedicava ao ensino público, trabalhou durante muito tempo dedicando-se ao ensino de pessoas que não possuíam condições de frequentar uma escola, aliás, esse foco que trilhou durante muitos anos em Recife, sempre estabeleceu um encontro entre a escola e as famílias, começou dentro de sua própria casa, em seguida os moradores de seu bairro. Foi diretor do SESI (uma instituição de objetivos assistenciais) em Pernambuco, que, segundo o próprio Paulo Freire “é uma instituição criada em momentos lúcidos da classe dominante brasileira”, dirigia o setor de educação cuidava das escolas primárias para as crianças filhos de operários, se fazendo educação durante 10 anos, sempre se dedicando a educação de massas populares, aprendendo métodos de trabalhar através da relação escola e família em todos os núcleos, na zona urbana e zona rural.

1.1.Situação atual da educação no Brasil

No Brasil, segundo o MEC/INEP - MEC – Ministério da Educação / INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira no Brasil, existem várias razões para o fracasso na alfabetização de jovens: escolas de baixa qualidade, principalmente em regiões e cidades mais pobres do país, trabalho precoce, baixa escolarização e despreparo da rede de ensino. De acordo com o MEC/INEP, o mais preocupante é o baixo desempenho dos sistemas de ensino, no qual caracteriza-se por baixas taxas de sucesso escolar, sobretudo nos primeiros anos de escolaridade e, pior ainda, atinge crianças mais jovens. Porém, tem atualmente, plenas condições do ponto de vista de recursos econômicos e de qualificação de seus docentes, para enfrentar o desafio de

alfabetizar seus mais de 16 milhões de analfabetos, porém, o próprio conceito de analfabetismo sofreu alterações ao longo do tempo, enquanto o IBGE em suas estatísticas considera alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece, cada vez mais no mundo é adotado o conceito de analfabeto funcional, que inclui todas as pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas mais adequada à realidade econômica e tecnológica do mundo contemporâneo, assim, o número de analfabetos salta para 30 milhões considerando a população de 15 anos ou mais.

A explicação do fracasso escolar entre membros das classes mais pobres normalmente está recheada de preconceitos e estereótipos que procuram demonstrar a existência de alguma deficiência congênita ou adquirida que faz com que essas pessoas tenham um rendimento abaixo do “normal”, comparando-se com os resultados alcançados pelos indivíduos integrantes das classes dominantes na sociedade (TOMAZI, 1993, p. 68).

O Brasil (segundo o MEC/INEP) apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo, onde a renda dos 20% mais ricos é 32 vezes maior que a dos 20% mais pobres e isso não muda na distribuição da educação e do analfabetismo. Enquanto a taxa de analfabetismo nos domicílios em que o rendimento é superior a 1,4%, nos que é inferior a um salário mínimo é quase 29%. No nordeste essa situação é ainda pior, o analfabetismo nas famílias mais pobres é vinte vezes maior do que nas famílias mais ricas. Em 1993 algumas estatísticas indicavam que no Brasil 88% a 95% das crianças em idade escolar tiveram acesso à escola. Ao se analisarem as estatísticas de oferta de vagas também se detectou a mesma situação

de acordo com José Goldemberg, (1993. Apud Folha de São Paulo, 14/11/1993).

Existem vagas para a grande maioria das crianças em idade escolar. Somente em alguns pontos mais distantes e afastados, no norte e nordeste, falta espaço físico para abrigar quem quer e deve ter uma formação escolar de educação básica, porém, esta realidade trouxe um grande problema, pois há trinta ou quarenta anos, a escola de qualidade pública ou privada era um privilégio das classes média e alta. Com a “invasão dos pobres (Tomazi,1993,p. 69) e a proliferação de escolas, diminuiu-se o investimento na formação de professores e equipamentos, ocorrendo um rebaixamento da qualidade de ensino principalmente em nível de ensino público. A escolarização tem se elevado e o analfabetismo diminuído. Em 1950, o índice de estudantes era de 36,2% passando para 88% em 1990. Já o índice de analfabetos era de 50,6% em 1950 passando para 18,4% em 1990, considerando o analfabetismo em maiores de 5 anos. Escolarização mede crianças de sete a catorze anos que estão na escola (Goldemberg, 1993, pag. 45).

Na mesma pesquisa do MEC / INEP, foi detectado que está havendo uma escolarização incompleta, as crianças não ficam na escola, pois a maioria estuda apenas um ano e o número de crianças que continua estudando vai diminuindo cada vez mais. Muitos de nós estamos descobrindo nossos direitos e deveres e que é preciso exercer essa cidadania, algo que durante muito tempo não sabíamos o que era. Essa descoberta nos leva a construir um futuro mais digno para sua comunidade, com isso uma história é transformada, uma situação se torna mais clara, e um futuro sonhado fica mais perto de ser realizado. A escola tem contribuído para essa transformação, alunos aprendem a aprender, filtram e interpretam informações,

usam a linguagem com propriedade, aprendem a trabalhar em grupo e isso é exercer cidadania. Estão aprendendo a mobilizar conhecimentos para intervir na realidade. Ongs organizadas como o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré - CEASM, o Geledés -Instituto da Mulher Negra, Instituto Razão Social, Instituto Ayrton Senna entre outros.

2. INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A EDUCAÇÃO

Existem no Brasil pessoas que se preocupam com toda essa fração de excluídos em nossa população e se reúnem em busca do ideal de integrá-los novamente à sociedade, através de educação, artes, oficinas culturais, artesanais e profissionalizantes, além de debates e palestras dentro de congressos e fóruns, ora levando seu trabalho nas comunidades, ora atraindo o público para dentro de seus projetos e programas. Com o início deste capítulo, traremos amostras de grande importância de ONGs - organizações não governamentais - que buscam a melhora da exclusão social, voltadas a ideologias como exemplo, o preconceito racial e sexual, além da diminuição do atraso escolar como forma de exclusão.

Exemplos de luta contra a exclusão social - Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré. O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM é uma associação civil, sem fins lucrativos, criada em 15 de agosto de 1997. O CEASM atua no conjunto de comunidades populares da Maré, área da cidade do Rio de Janeiro que reúne cerca de 130 mil moradores. O Centro foi fundado e é dirigido por moradores e ex-moradores locais que, em sua maioria, conseguiram chegar à universidade. Os projetos desenvolvidos pelo CEASM visam superar as

condições de pobreza e exclusão existentes na Maré, apontado como o terceiro bairro de pior Índice de Desenvolvimento Humano da cidade. Famosa pela miséria e violência, a área é dividida entre facções do tráfico como Comando Vermelho e Terceiro Comando. A fim de cumprir seu papel, o Centro vem atuando no campo da educação, cultura e geração de renda e trabalho. Iniciou suas atividades com um pré-vestibular comunitário e, atualmente, atinge milhares de moradores com catorze projetos diferenciados: Línguas, informática, alfabetização, ensino fundamental e médio, pré-vestibular, biblioteca, jornal comunitário, formação em vídeo, fotografia, produção gráfica, guia de museus, teatro, música, capoeira, observatório social das favelas, centro de memória do bairro, e outros. O objetivo maior das diferentes atividades é estender aos moradores e dar acesso a novos produtos culturais e, também, meios para sua elaboração. Com a presença do CEASM no cenário social da Maré, criou-se uma nova perspectiva de reivindicação comunitária: a aquisição de bens culturais como caminho para conquista definitiva da cidadania.

A proposta do CEASM é de desenvolver atividades que possam ser não apenas assimiladas, mas também executadas pelos jovens e demais moradores da Maré. Para tanto, eles recebem auxílio financeiro sob a forma de bolsas, orientação e formação profissional, ética e cidadã, além de outros estímulos, que fortalecem o envolvimento com sua comunidade. As atividades são desenvolvidas a partir de parcerias realizadas com os poderes públicos, empresas públicas e privadas, ONGs instituições e pessoas físicas. Petrobrás, Light, Infraero, BNDES, Prefeitura do Rio de Janeiro, Embaixada do Canadá e Ashoka são exemplos dessa parceria.

O Geledés, Instituto da Mulher Negra, criado há dezessete anos, é uma organização não governamental de mulheres negras, voltada para o combate à discriminação racial e sexual. Surgiu do entendimento de que as mulheres negras devem assumir a responsabilidade de encaminhar politicamente as suas questões específicas e interferir nas questões gerais da sociedade brasileira e da população negra em particular, pois além dos problemas socioeconômicos, a questão racial e as facetas cruéis do racismo no Brasil, são um aditivo a mais na problemática da exclusão social, pois se por um lado os excluídos são muito pobres, por outro, os pobres, são predominantemente negros. O Instituto se estruturou em dois programas básicos: Comunicação e Direitos Humanos.

O programa de comunicação tem por objetivo dar suporte ao programa de direitos humanos através da produção e exibição de vídeos, elaboração de panfletos, folhetos, cartazes, cartilhas realização de eventos e intervenção na mídia, de forma a dialogar com a sociedade civil sobre as questões referentes a gênero e raça. Já o programa de direitos humanos tem como objetivos gerais desenvolver atividades com o intuito de proteger, assegurar e expandir os direitos básicos de cidadania da população negra e é composto de seis programas: S.O.S Racismo – Oferece assistência legal e gratuita para vítimas de discriminação racial. Coordenação de Juventude – Objetiva conscientização da juventude negra sobre as diferentes formas de exclusão social e contribui para organização política e propositiva da juventude, articulando trabalhos conjuntos com outras organizações e com outros movimentos sociais. Promotoras Legais Populares – Tem por objetivo a capacitação legal de lideranças comunitárias femininas em

direitos humanos e das mulheres, no sentido de multiplicar informações nesses temas, fortalecendo a busca da cidadania e acesso a justiça. No entanto, a partir do tema de nossa monografia estes são os projetos mais importantes de inclusão social. Projeto Brio de Oportunidades que oferece cursos profissionalizantes e de cidadania para jovens e adolescentes negros, na faixa etária de catorze a vinte e um anos - distribuídos igualmente entre homens e mulheres, através de instituições de reconhecida excelência na capacitação profissional.

Projeto Geração XXI – É uma ação afirmativa com duração de 9 anos, que assegurará a vida escolar de 21 adolescentes negros, sendo doze meninas e nove meninos, da cidade de São Paulo na sede do Geledés, do último ano do ensino fundamental até a conclusão da universidade, produzindo condições de que estes adolescentes desenvolvam seus talentos, tenham acesso a novas linguagens e tecnologias, suplementação escolar, cidadania e cultura, comunicação e benefícios diretos como assistência odontológica e médica, custeio dos estudos e ajuda de custo mensal para o adolescente e sua família. O Geledés executa o projeto em parceria com a Fundação Bank Boston e a Fundação Cultural Palmares.

2.1. Projeto além das letras

C no trabalho criado pela Secretaria de Educação. Isso só mostra que o primeiro a se envolver nestes projetos foi o poder público, a instituição seleciona as boas ideias e investe. Os beneficiados com este projeto já passam de 31.920 alunos em 20 municípios, gerando emprego para 982 professores envolvidos no projeto, o patrocínio é da Fundação Avina,

Gerdau, IBM, e Instituto Razão Social. O custo por cidade é de R\$ 15 mil e os resultados são um índice de aprovação e alfabetização em média, nas cidades de 80% a 90%, já na 1ª série. A taxa de aprovação média no ensino fundamental segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) de 2002 era de 79,6%.

No Programa “Acelera Brasil” e Projeto “Se Liga”, o “Instituto Ayrton Senna” desenvolveu uma metodologia própria para reciclar a educação pública. Possui dois projetos: O projeto “Se liga” e o projeto “Acelera Brasil”, ambos de alfabetização para reverter o atraso escolar, dentro das próprias classes de escolas públicas, municipais e estaduais, em que técnicos do Instituto elaboram um plano de ação com a Secretaria da Educação de um município ou Estado, turmas especiais com professores que passaram por treinamentos específicos, são criadas para atender os alunos defasados, uma avaliação rigorosa é realizada pela Fundação Carlos Chagas. Os alunos beneficiados passam de 89.899 em 882 municípios, emprega e capacita 6.347 professores e tem parceria como os institutos VIVO, Nokia, Empresários pelo Desenvolvimento Humano, Instituto Votorantim, Fundação Vale do Rio Doce, Martins Distribuidora, Banco Triangulo e Fundação Lemann e o projeto Acelera conseguiu 97,7% de promoção dos alunos e o “Se Liga” teve 91% de alfabetizados nas escolas apoiadas.

Para Margareth Goldenberg, diretora executiva do Instituto Ayrton Senna, os bons resultados dos programas vêm influenciando até os políticos, pois nos 882 municípios com programas do Instituto 80 % dos seus Prefeitos foram reeleitos, no último pleito de 2004 e os

próprios candidatos da oposição prometiam dar continuidade ao programa.

A vivência dos valores na educação foi pesquisada em 58 países em 1995 e revelou que os povos de todo o mundo almejam valores semelhantes na vida como paz, liberdade, amor, união, honestidade, respeito. Com base nessa pesquisa foi criado o Projeto “Vivendo Valores” que deu origem ao Programa “Vivendo valores na Educação - VIVE, que hoje é desenvolvido em escolas de mais de 70 países. O VIVE é um programa educativo internacional em valores humanos. Oferece uma variedade de atividades experiências e metodologias práticas para professores e facilitadores capacitarem crianças e jovens a expor e desenvolver valores. O VIVE é um programa educativo sem finalidade lucrativa, que começou em 1995 como resultado de uma parceria entre educadores do mundo todo. Atualmente, é apoiado pela Unesco e patrocinado pelo Comitê Espanhol do Unicef, pela Sociedade Planetária e pela Organização Brahma Kumaris, sob consultoria da divisão de Educação do Unicef (Nova York). Os objetivos desse programa são:

- Ajudar indivíduos a pensar e refletir sobre diferentes valores e as implicações práticas de expressá-los para si mesmos, para comunidade e para o mundo;
- Aprofundar o entendimento, a motivação e a responsabilidade de fazer escolhas pessoais e sociais positivas;
- Inspirar indivíduos a escolher seus próprios valores pessoais, sociais, morais e espirituais, cientes dos métodos práticos para desenvolvê-los a aprofundá-los;
- Encorajar educadores a tutores a olhar para a educação como uma filosofia de

vida, e por meio dela facilitar o crescimento geral, o desenvolvimento e as escolhas do aluno, de modo a integrá-lo na comunidade com respeito, confiança e propósito.

O desafio do VIVE tem sido o de desenvolver um processo educacional no qual se envolva a equipe de docente, discentes, quadro de funcionários, família e comunidade acreditando que a identificação do ato de educar é o florescer das potencialidades internas e não mera imposição de informações. Deve-se compartilhar responsabilidades no que concerne à formação da cidadania e de ações efetivas como facilitadores no caminho de construção de uma sociedade melhor, fundamentalmente a partir da escola temos que recusar a violência e desenvolver uma cultura de paz.

Mediante as atividades de comunicação, criatividade, visualização e silêncio, os valores autênticos são resgatados o que interferem positivamente na vida profissional e pessoal dos participantes. Os educadores também recebem orientações sobre como usar e aplicar na prática os materiais de apoio oferecidos pelo programa. O curso possui uma carga horária de oito horas, seu formato é flexível de acordo com a disponibilidade da instituição que o solicita. O programa “Vivendo Valores na Educação” é oferecido gratuitamente e não implica em custos adicionais para instituição escolar ou comunitária nem para os alunos. As apresentações do programa, bem como cursos e treinamentos, são agendadas pela Organização Brahma Kumaris em suas sedes.

A Brahma Kumaris é uma organização internacional não governamental, sem fins lucrativos, com status consultivo geral no Conselho Econômico e Social nas Nações Unidas e status consultivo no UNICEF. Desde 1937, com escolas em mais de 86 países, vem

oferecendo uma educação para valorização do ser humano. O Instituto Vivendo Valores (VIVE), organizado pela Organização Brahma Kumaris, além de oferecer o “Programa Vivendo Valores na Educação”, também possui o “Programa Vivendo Valores Crianças de Rua em Situação de Risco” e o “Programa Vivendo Valores na Saúde”, que também precisa de médicos e agentes hospitalares.

A Fundação Gol de Letra, criada em dezembro de 1998 pelos ex-jogadores de futebol Raí e Leonardo, deu o pontapé inicial para a realização de um sonho que era a possibilidade de oferecer oportunidades de acesso à educação e à cultura para crianças de baixa renda. O contato com esportistas que não tiveram essa chance, e passaram por diversas dificuldades para conquistarem o sucesso, reforçou a ideia de investir na formação ampla e usar o esporte como uma das linguagens, inserida no contexto metodológico para o crescimento individual e coletivo. Para colocar esses ideais em prática, a Fundação procurou pessoas e grupos como o Instituto Ayrton Senna, o Cenpec, a Casa do Teatro, a Fundação Abrinq para absorver novos conhecimentos e criar a metodologia e a linha pedagógica da instituição. O bairro de Tremembé, mais precisamente a Vila Albertina, foi escolhido como local onde a primeira unidade seria instalada pela proximidade com a comunidade, o que impulsionaria o contato com os atores sociais da região, formando uma rede de atuação.

Num prédio cedido pelo Governo do Estado de São Paulo, começaram a reforma e preparação da infraestrutura local com o apoio financeiro do BNDES e da Fundação Kellogs.

Em agosto de 1999, a Fundação Gol de Letra abriu suas portas com o início do projeto Virando o Jogo que visa. Desde então, crianças com idade entre 7 e 14 anos, integrantes do

projeto frequentam atividades de complementação escolar. Artes plásticas, dança, teatro, leitura e escrita, informática e esportes são as linguagens utilizadas para despertar um novo olhar para o mundo, estimulando o prazer de aprender e de transformar a realidade. Mas as crianças não são o único foco de atuação da Fundação Gol de Letra. Os adolescentes também são personagens de sua história. O projeto “Cara da Vila” foi o trabalho pioneiro com jovens, reunidos em oficinas de vídeo, hip hop, teatro e fotografia, eles pesquisaram a história do bairro e transformaram as novas descobertas em expressões artísticas de cada linguagem.

O projeto “Cara da Vila” pode ser considerado o embrião do Programa de Formação de Agentes Comunitários, desenvolvido atualmente pela Fundação e direcionado para jovens e adultos do bairro de Vila Albertina; a proposta tem como objetivo formar cidadãos autônomos.

Em setembro de 2001, a Fundação Gol de Letra ampliou sua atuação abrindo uma sede em Niterói. Na unidade carioca, as crianças participam do Programa Dois Toques. As atividades de complementação escolar são realizadas com o uso de linguagens como a dança, a arte, o esporte, a música. Um ano depois, a unidade Niterói ampliou a sua atuação com o programa Aprendizes. Direcionado para jovens com idade entre catorze a quinze anos, o projeto tem como objetivo formá-los para atuarem como monitores, na instituição e também representá-la em diferentes espaços. Para isso, frequentam atividades de informática, biblioteca, educação física, cidadania e música, complementando a grade do Programa Dois Toques.

3. INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA ESCOLA

Neste capítulo apresentaremos a importância da atuação do educador de um modo geral para trabalhar a inclusão social. Afinal, qual postura o educador deve assumir perante uma situação de exclusão de um aluno dentro da sala de aula? Exclusão esta que pode se apresentar por separação da classe através de elitização de grupos de alunos, atraso no rendimento escolar, deficiências e outras. Demonstrar o entusiasmo, compromisso de alguns profissionais e instituições educacionais, buscando atingir um grande número de indivíduos excluídos para a reintegração social, trazendo para dentro da sala de aula a realidade extraescolar e respeitando o individual de cada caso.

A escola inclusiva e o papel do professor em relação com a inclusão no Brasil é imposta. Eles são obrigados a interagir com alunos e os incluir com outros alunos. Isso é feito pela boa vontade do professor, entusiasmo, convicção e trabalho dedicado e pessoal. O ideal é que haja apoio institucional, social e municipal para conseguir fazer com que a inclusão seja uma realidade dentro da escola e de forma suave, sem imposição. A luta por uma escola inclusiva é a mesma luta que a do SOS Racismo, a da Associação Abraço e a de tantas outras organizações que procuram a não discriminação e a inserção de todos os cidadãos com direitos e deveres iguais. O trabalho dos docentes - de apoio educativo - não se resume à escola, não começa nem termina aí. Tem que ter uma vertente comunitária muito forte, que, de alguma forma, faça com que os direitos dos alunos com necessidades educativas especiais sejam minimamente assegurados.

Conforme pesquisa de campo, algumas mães reclamam que o filho não tem vontade ir para a escola alegando que o professor o discrimina por não estar limpo e bem vestido, (estar maltrapilho, malcheiroso). As pesquisadoras conforme observação em campo relata que os professores confirmam: “é mais fácil ver os alunos por trás de uma roupinha limpa e de cabelo penteadinho”. Compreende-se que o professor deve atender cada aluno em sua especificidade, e fazer com que este saiba utilizar os mais diversos ambientes, fundamentais para o seu desenvolvimento educativo.

É necessário trabalhar o papel da escola e do professor na inclusão em âmbito nacional, atingir uma grande quantidade de pessoas e isso pode ser possível através da escola, o espaço onde se constrói conhecimento e se aprende cidadania e é possível costurar o conhecimento cultural dos que já estão e dos que estão chegando. É possível através de conceitos interiorizados, na prática podemos despertar o sentimento de inclusão na escola.

A Revista Nova Escola levantou a questão de que o acesso dos excluídos à escola prejudicaria a qualidade do ensino público no Brasil, o que para o professor Lino de Macedo (Forum, 2006), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo a resposta é sim, a escola estava despreparada para ter alunos que não se encaixavam num modelo preestabelecido. E agora é preciso encontrar um meio de ensinar a todos, respeitando a individualidade de cada um.

Para Rose Neubauer, pesquisadora e Secretária da Educação do Estado de São Paulo e Professora Doutora da Faculdade de Educação da USP, Presidente do Protagonistés – Instituto de Protagonismo Jovem e Educação, São Paulo, é impossível comparar a escola atual com a

escola do passado. Ela diz que a escola aparenta ser melhor, mas na verdade excluía milhões de crianças e jovens que se tornavam analfabetos e até mesmo marginais. Só depois de incluir todos na escola é que se pode falar sobre qualidade, outras colocações é fantasia. Paulo Freire (2003, p. 61-2) acreditava ser possível reverter esse quadro de exclusão a partir de uma postura política social do professor em sala de aula. Nós devemos procurar essas mudanças, o professor não é apolítico, deve ter bem claro qual sua posição na sociedade e decidido então, faz-se um trabalho de envolvimento de seus alunos na sociedade, de forma construída, independente, sabendo que seu papel pode mudar a história e que a sociedade somos nós.

O professor tem o papel de incluir os alunos excluídos no grupo dos demais alunos da classe, trabalhando todo e qualquer tipo de preconceito vigente, dando acesso ao conhecimento, trazendo para junto de si, os que têm maiores dificuldades de aprendizado. As atividades propostas devem fazer com que todos sejam capazes de realizá-las, mesmo que cada um a seu tempo. É preciso educar para a cidadania, instruir com valores e mostrar que a preocupação com o futuro deve ser dupla, individual e social. O desejo de transformação é humano e é passado por meio de ações educativas; em sala de aula, o professor tem que ter compromisso com a realidade extraescolar.

O professor equilibrado sabe o que deve ser conservado e o que tem de ser transformado, independentemente de sua opção política partidária, seu compromisso é com a educação, e o valor de um professor é de como seus alunos aprendem, quando estes se tornam indivíduos independentes, capazes de discernir entre o certo e o errado numa sociedade, e equilibra o lado individual com o social. O mestre percebe que sua forma de transmitir

conhecimento não foi em vão. É verdadeiramente uma satisfação para o professor ver que seus alunos romperam a barreiras dos excluídos, dos marginalizados e se tornam cidadãos autossustentáveis, honestos competentes em suas funções morais e sociais.

4. PROFESSORES QUE TRABALHAM A INCLUSÃO EM SALA DE AULA

Nos anos 80 e 90, foram muitas as pesquisas sobre rendimento escolar, associadas a vários tipos de escolas e variação socioeconômica, nas quais, Rose Neubauer participou de várias delas na área de currículo e avaliação. Algumas pesquisas com alunos de escolas públicas demonstraram que a cada repetência, o desempenho do aluno era cada vez pior devido às circunstâncias desestimuladoras a que eram submetidos e a diminuição da autoconfiança como aprendizes. Os fatores analisados foram a duração do período escolar, assiduidade dos professores, existência de material didático, presença de coordenação pedagógica, e garantia de aulas de recuperação, fatores determinantes para um bom desempenho. No início dos anos 90, 1,5 milhões de alunos foram expulsos ou fracassaram na escola, chocando-se com índices de violência e miséria no país.

Após a promulgação da nova LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996, ampliou-se a possibilidade de avanço e respeito à aprendizagem dos alunos. Propôs-se a aprendizagem através de Progressão Continuada na forma de ciclos: além da ampliação da jornada escolar, recuperação paralela e contínua, propostas de aceleração de aprendizagem para alunos multi repetentes, com defasagem idade X série, além da

reclassificação de estudos para todos aqueles que conseguem aprender, independente da frequência às escolas. Revolucionária, a nova LDBN, cria acesso de conhecimentos para uma população não atingida antigamente. Os trabalhos de oficinas foram enriquecidos a partir de 1997, com os resultados do sistema de avaliação do rendimento escolar. Toma-se a decisão de investimento em cursos de capacitação profissional para os professores ofertados pelas Universidades. Passam a ocorrer quedas enormes nas taxas de evasão, e as famílias passaram a reconhecer que a melhora para seus filhos vinha da permanência na escola, pois tinham maior chance de recuperação e aprendizado.

Sair do tradicional e incorporar a progressão continuada demanda uma sistemática trabalhosa, detalhada, cuidadosa e criteriosa. O Projeto Ipê vem para ajudar o professor na escola, na avaliação, acompanhamento e recuperação dos alunos. Organizar a cada ano, grupos de alunos com fichas individuais, avaliação, com noção de que alguns deveriam ser mais estimulados e reforçados para alcançar o desempenho esperado. Isso obriga um conjunto de todos, diretores, coordenadores pedagógicos, professores a organizar um planejamento pedagógico criterioso e aulas de recuperação paralelas. Os resultados foram atingidos, pois antigamente quem sofria a marca do fracasso era o aluno e não a escola como um todo. Os professores devem encorajar os alunos a trilhar o caminho da inclusão, estimular, motivar, lutar pela boa escola e não simplesmente excluir.

A Educação Popular nos Estados Unidos, Japão e países europeus adota como ferramenta de inclusão social a educação popular. Embora os países do continente europeu possuam as melhores taxas de

desenvolvimento humano, enfrentam problemas com a exclusão social, provenientes de populações refugiadas, moradores de rua e imigrantes em busca de trabalho, que formam uma classe à margem dos elevados padrões locais. A educação popular através da internacionalização não é desconhecida do Ministério da Educação do Brasil, que acompanha essa expansão por meio da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD. O pensamento freiriano deve ser natural e fundamental assim como a sua penetração nos países que buscam uma pedagogia libertadora. Ele é a contribuição brasileira para o mundo, observa a Coordenadora Pedagógica do SECAD - Secretária da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Maria Margarida Machado Maria Margarida Machado, para o professor Luiz Eduardo Wandelely Luiz Eduardo Wanderley, professor, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP).

O sucesso da educação popular deve-se por assumir as características da classe. Na Colômbia, a educação popular se caracterizou na questão da paz e da infância, devido à Guerrilha; na Bolívia, a maior preocupação é com os nativos indígenas.

Na verdade, a educação popular nasce na América Latina e se expande pelo mundo, como uma pedagogia aplicada em tempo de exclusão. Porém, não adianta dar o peixe, devemos ensinar a pescar, é necessário que além da leitura, os alfabetizados desenvolvam senso crítico e não somente o que se relaciona com a alfabetização, mas também o que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e sexualidade.

A grande meta da educação popular é a ideia que o indivíduo seja o autor de sua inclusão e, para essa ideia se concretizar, o

indivíduo deve estar apto a buscar o que é seu por direito, sendo responsabilidade do educador inserir este sentimento na comunidade. Dentro deste projeto o NTC (Núcleos de Trabalhos Comunitários – PUC SP), possui cursos de capacitação que buscam despertar no educador a sensibilidade política com caráter mobilizador, articulador e partícipe da grande transformação.

4.1. Relato de experiência

Buscando demonstrar a possibilidade de desenvolver projetos de grande importância para inclusão social através da educação, o Centro Comunitário Castelinho, em seu projeto oferece a uma parcela da população oportunidades de inclusão, incentivo com entusiasmo, boa vontade e muito trabalho. O Centro busca novas parcerias para transformar a vida de pessoas, de excluídos em cidadãos.

Iniciou seu projeto em 1968, com a São Paulo Woman's Club, filiado à General Federation of Woman's Clubs com sede em Washington (associação feminina de trabalho voluntário sem vinculação partidária ou religiosa que se dedica desde 1954 a diversos projetos de cultura, saúde e promoção humana), centrou seus esforços na construção do Centro Comunitário Castelinho, no bairro de Vila Missionária, na cidade de São Paulo. Este Centro foi construído e é administrado pelas voluntárias do clube, visando a promoção de melhoria das condições de vida da comunidade atendida e tem como principal objetivo promover a inclusão social dos atendidos, adotando como eixo primordial de suas ações crianças, adolescentes e mulheres, e com isso, contribuir para que a comunidade atinja um nível de auto sustentação, criando condições para que seus indivíduos tenham melhor

qualidade de vida e exerçam plenamente sua cidadania.

O trabalho desenvolvido pela entidade foi premiado seis vezes nas convenções GFWC, recebendo prêmios patrocinados por The Sears Roebuck Foundation, Chevron USA e Shell Oil Company. Nos anos de 1998 e 2001 a instituição recebeu o prêmio Bem Eficiente, outorgado pela Kanitz Associados, sendo incluído entre as 50 melhores entidades do Brasil. No ano de 1999 centrou seus esforços na ampliação de novas instalações físicas e, atualmente o Centro Comunitário Castelinho conta com área construída de mais de 1.300 m².

O Centro tem por missão, atuar em áreas em situação de vulnerabilidade social, desenvolvendo atividades socioeducativas para esclarecer, orientar e capacitar os indivíduos para sua formação e transformação, facilitando sua inclusão social. Contribuir, reduzir as diferenças socioeconômicas da comunidade.

Através de parcerias o Centro atende mensalmente cerca de 1.400 usuários por meio dos seguintes programas: Educação Infantil que atende crianças de 5 a 6 anos em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Centro de Juventude crianças de 6 a 12 anos em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Formação Profissional que atende adolescentes de 15 a 18 anos em parceria com a Fundação ABRINQ e com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Formação Profissional para Adultos acima de 21 anos em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Oficinas Musicais (Projeto Guri) com idade de 7 a 18 anos em parceria da Secretaria da Cultura, Terceira Idade pessoas acima de 60 anos em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Saúde da Mulher em parceria com a Schering do Brasil, Saúde Mental em parceria com a Cruz

Vermelha, Clínica Dentária em parceria com a SPWC – São Paulo Woman’s Club, e o Projeto de acompanhamento de Adolescentes em LA (Liberdade Assistida), PSC (Prestação de Serviços a Comunidade) e Ciclo de Violência (NPE) conveniado a Tripartite com Secretaria Municipal de Assistência Social, Febem, SPWC – São Paulo Woman’s Club e profissionais voluntários. E é este último projeto que enfatizaremos a seguir. Na maioria dos programas do Centro, a inclusão é trabalhada através da educação, pois é através dela que se formam cidadãos.

4.2. Projeto de acompanhamento de adolescentes em LA (Liberdade Assistida), PSC (Prestação de Serviços a Comunidade) e Ciclo de Vivência (NPE)

A Coordenadora de Projetos do Centro Comunitário Castelinho é formada em Psicologia e diz que o projeto é voltado a adolescentes que cometeram algum tipo de ato infracional. O ato infracional: atitude descrita em lei como crime ou contravenção penal, cuja responsabilidade se dá a partir dos 12 anos de idade. Após encaminhamento, a autoridade policial, passa por vários procedimentos legais até ser decidido pelo Ministério Público ou Poder Judiciário que sofrerá medidas socioeducativas de LA - Liberdade Assistida ou PSC - Prestação de Serviços a Comunidade ou que fazem parte do ciclo de violência, ou seja, correm o risco de envolvimento criminal. Medidas socioeducativas: aplicáveis aos adolescentes com idade entre 12 e 18 anos, autores de ato infracional, pela autoridade competente, conforme estabelece o ECA –

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90).

No projeto, o modelo de gestão proposto pela Secretaria de Assistência Social é composto pelo Núcleo Socioeducativo e pelo Serviço de Proteção Jurídico Psicossocial (infelizmente o Serviço de Proteção Jurídico Psicossocial foi encerrado em 2005). O Núcleo Socioeducativo especializa os Orientadores Sociais para garantir atuação profissional calcado nos vínculos de confiança com os adolescentes e as famílias, visando encaminhá-los à rede socó assistencial existente, segundo um plano pedagógico que priorize o enriquecimento de perspectivas e expectativas dos atendidos bem como a valorização pessoal proporcionando a ampliação de um repertório de vida que os afaste do mundo de violência e os prepare para a construção de um projeto de vida aceito socialmente.

O Serviço de Proteção Jurídico Psicossocial que propiciava proteção e defesa de direitos para crianças e adolescentes que se encontravam em situação de direito violado. Dentro do sistema de proteção social básica e especial a proteção jurídica estava articulada com as atividades de acompanhamento socioeducativo. As medidas socioeducativas propiciam o estabelecimento de uma atuação que promove a reinserção de adolescentes e jovens, tornando-se parte de um sistema articulado com os serviços públicos, bem como as organizações da sociedade civil proporcionando aos atendidos o fortalecimento de vínculos com a família e a comunidade.

A função do Centro neste projeto é de acompanhar os adolescentes e suas famílias em todo o processo de LA ou PSC, e é feito através de entrevistas e/ ou dinâmicas de grupo com os adolescentes e/ ou famílias, visitas domiciliares, acompanhamento do adolescente na escola, no

trabalho e demais recursos da rede, tornando possível vivenciar as dificuldades sofridas e identificar os avanços alcançados pelos adolescentes no período. Esses dados são registrados por um técnico orientador e posteriormente é feito um relatório, que passa a fazer parte do processo jurídico, fornecendo elementos de convicção à autoridade jurídica. O Centro procura inseri-los na sociedade através de encaminhamento a escolas (segundo a coordenadora do projeto, às vezes este encaminhamento é complicado devido a discriminação por parte da escola e nem todos os adolescentes querem voltar a estudar), oferecendo cursos de formação profissional aos adolescentes e suas famílias, e deste modo, estes podem trabalhar gerando renda para a família contribuindo para a melhora da condição em que vivem, criando outra perspectiva de vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa verificou que a sociedade política brasileira fica devendo condições dignas para a inclusão dos deficientes à educação. O desenvolvimento da educação para a inclusão social é um processo importante para a sociedade como um todo, mas que enfrenta muitas dificuldades. A escola deveria ser atrativa, para acolher todos os tipos de diferenças por ser um espaço de inclusão inserção social e humana. Ela deveria oferecer condições ao professor de administrar conflitos e situações de exclusão, mas são eles mesmos excluídos das condições de acolhimento. A elite política parece resistente ao esforço da comunidade escolar quando esta se esforça para propiciar inclusão aos alunos menos favorecidos e deficientes e quando pede melhoria das condições das suas escolas. Para que a escola atinja o *status* de cenário de inclusão, é

necessário se reconstruir a mentalidade dos responsáveis pela educação que tem o poder de decisão sobre as escolas e os excluídos.

Essa situação exige muito esforço estudo e do trabalho da comunidade escolar que se dedica ao trabalho conjunto sem iniciativas públicas de fato, pois as leis não passam de determinações publicadas, mas que não saem dos papéis. Para abranger a inclusão num âmbito nacional, até as organizações não governamentais que atendem pequenas parcelas das comunidades mais carentes dentro de periferias precisariam se estender a nível nacional, pois a população periférica vive no abandono.

A inclusão de fato e de direito é uma utopia e, mesmo que contasse com a conscientização, se despertada em todos os indivíduos dentro e fora da sala de aula num trabalho conjunto da escola, da família, da comunidade e do município, teria um grande trabalho para a mudança da cultura popular.

Sendo assim, os professores como formiguinhas revestidas de compreensão da importância do seu compromisso como do educador, promovem o envolvimento e aumentam o índice da inclusão junto com seus pares, que dão seus recursos pessoais diminuindo a exclusão infantil, a inclusão dos deficientes e o atraso escolar em suas comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.L.A. **História da Educação**. 2ª edição revisada e atualizada. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAÚJO, A.C.M.. **A avaliação do Desempenho Escolar como Ferramenta de Exclusão Social**. São Paulo, UNICAMP. Disponível em: www.suigeneris.pro.br Acesso em 23/02/2005.

- BAPTISTA, M.N. et al. **Auto Avaliação das Perspectivas Educacionais em Crianças.** REVISTA EDUCAÇÃO E ENSINO – USF, Bragança Paulista, USF, vol.2, n.1, p.13-25, jan/jun. 1997.
- BRAMA KUMARIS.** São Paulo. Disponível em: www.bkumaris.org.br. Acesso em: 15/09/2006.
- CARNEIRO, S. **Instituto da Mulher Negra – Geledés.** São Paulo. Disponível em: www.geledes.org.br. Acesso em: 15/09/2005.
- CASTILHO, A.L. e TORREZAN, J. **Infância Interrompida.** REVISTA EDUCAÇÃO, São Paulo, Segmento, ano 8, n. 94, p. 36-50, fev. 2005.
- CHIBLI, F. **De Sonho e de Pó.** REVISTA EDUCAÇÃO, São Paulo, Segmento, ano8, n.88, p.30-32, agos. 2004.
- CUNHA, L.A.; GÓES, M. **O Golpe na Educação,** 3ªed. Jorge Zahar Editor, 1985.
- FERNANDES, J.C.L.; SOUZA, M.M.M. e BRAGANÇA, C.F.P. **Evolução da integração Étnico Racial no ensino superior brasileiro.** In I Revista Brasil para todos. 2014.
- FÓRUM. **O acesso dos excluídos à escola prejudicou a qualidade do ensino no Brasil?** REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo. Abril. nº175, AnoXIX, p.14. Set.2004.
- FUNDAÇÃO GOL DE LETRA.** São Paulo. Disponível em:www.goldeletra.org.br. 2005.
- GADOTTI, M. **Histórias das Ideias Pedagógicas.** 8ª ed. Ática, 2002.
- HELENE, O.A.M. Et al. **Um olhar sobre os Indicadores de Analfabetismo no Brasil.** MEC/INEP – O Mapa do Analfabetismo no Brasil, p. 6-10.
- MALFITANO, A.P.S. e LOPES, R. Esquerdo. **Apontamentos de Campo Acerca de uma Experiência de Educação Não-Formal com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.** SÉRIE-ESTUDOS – PERIÓDICO DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO DA UCDB. Campo Grande - MS, Editora UCDB, vol. 23, n. 17, p. 29-42, jan/jun. 2004.
- MELO, C. **Nas Cidades Invisíveis.** REVISTA EDUCAÇÃO, São Paulo, Segmento, ano 7, n. 80, p. 34-42, dez. 2003.
- MELO, L. **Exclusão Social e Desemprego.** Rio de Janeiro. Disponível em: www.solavanco.com. Acesso em 13/05/2005.
- OLIVEIRA, S.P. **Introdução a Sociologia.** São Paulo: Ática, 1991.
- PICCHI, M.B. **Parceiros da Inclusão Escolar-Série Formação do Professor.** São Paulo: Arte & Ciência, 2002.
- POCHMANN, M. et al. **Atlas da Exclusão Social - Agenda Não-liberal da Inclusão Social no Brasil,** vol,5. São Paulo. Cortez, 2004.
- ROMANELLI, O.O. **História da Educação no Brasil.** 26ª. São Paulo: Vozes, 2001.
- ROSEMBERG, F.; FREITAS, R.R. **Participação de Crianças Brasileiras na Força de Trabalho e Educação.** EDUCAÇÃO & REALIDADE – EXPERIÊNCIA ESTÉTICA E CONHECIMENTO, Rio Grande do Sul, FAGED/ UFRGS, vol.27, n.1, p.95-125, jan/jun. 2002.
- RUBIN, D. **Eles Fizeram o Dever de Casa.** REVISTA ÉPOCA. São Paulo, Segmento, vol.391, nº1 p.50, 54, nov.2005.
- SIMÃO, A. e SIMÃO, F. **Inclusão Educação Especial- Educação Essencial.** São Paulo: Livro Pronto, 2004.
- SILVA, C.A.A. **Entrevista com militante do movimento negro e membro do Geledés,** Guarulhos, 2015.
- SILVA, E.S. **Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM.** Rio de Janeiro. Disponível em: www.ceasm.org.br. Acesso em: 22/09/2005.
- SOUZA, M.M.M.; SABINO, N. e FERREIRA, G. **O ensino afro brasileiro, indígena e a inclusão de alunos especiais na educação básica – possibilidades de fato e representação – histórias e mitos.** In III Revista Brasil para todos 2015.
- TOMAZI, N.D. **Sociologia da Educação.** vol. 3, São Paulo: Atual, 1993.